



ENTREVISTA

Jeferson Coelho

MPT terá novo representante no CNMP

PÁGINA 15

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Seminário discute trabalho precoce e Direitos Humanos



Foto: Ascom/Anamatra

Evento realizado por meio de parceria entre a ANPT e ANAMATRA abordou a exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho infantil artístico. Painéis abordaram temas relevantes que possibilitaram a discussão do assunto de maneira mais aprofundada. Carta do Rio de Janeiro foi redigida com os resultados obtidos durante o Seminário.

▶ PÁGINAS 8 a 10

FRENTAS articula alteração de PEC que beneficia MP

No mês de maio, após intensa mobilização no Congresso Nacional, a Frente Associativa da magistratura e do MPU conseguiu inserir, de maneira expressa, o procurador-geral da República na PEC que equipara a remuneração do presidente da República, ministros de Estado e parlamentares.



Foto: Ascom/ANPT

▶ PÁGINA 12

POSSES

ANPT prestigiou posses de entidades parceiras

Página 6

PLANO PLURIANUAL

Pela primeira vez a Associação participa de Fórum do PPA

Página 11

Caro Associado,

No mês de maio, a ANPT participou de diversos compromissos, entre eles o debate realizado entre os candidatos ao cargo de procurador-geral da República, tendo a entidade formulado questionamentos e apresentado-os a todos os candidatos. Vale frisar que a participação da Associação em eventos como esse fortalece a imagem da entidade e dos membros do MPT.

Vale destacar, também, que a ANPT recebeu, em sua sede, em mais de uma ocasião ao longo do mês, os dirigentes das demais entidades integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura da União, oportunidades em que o grupo discutiu novas estratégias de atuação, tanto com parlamentares quanto com o governo, para a aprovação dos Projetos de Lei (PLs) que tratam da revisão dos subsídios para ambas as categorias. O trabalho de articulação com os parlamentares continua.

Quanto ao trabalho no Congresso Nacional, merece destaque, ademais, a intensa movimentação da Frente que culminou com a inclusão, de forma expressa, do chefe administrativo do Ministério Público da União, ao lado das cúpulas dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em PEC aprovada na CCJ da Câmara dos Deputados que trata do teto salarial no âmbito da Administração Pública nacional.

A diretoria da ANPT participou também, nesse período, de diversos eventos com inegável repercussão social, tais como o IV Seminário Internacional do Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo e o Seminário de Celebração dos 20 anos do Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa, além de solenidades que cuidaram de medidas visando ao aprimoramento dos serviços prestados pelo MPT à sociedade, a exemplo do lançamento do inquérito civil eletrônico e de campanha de combate ao trabalho escravo contemporâneo.

No Rio de Janeiro, a ANPT promoveu, em parceria com a Anamatra, o "Seminário Trabalho Precoce e Direitos Humanos - A exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho artístico como obstáculos ao desenvolvimento saudável e à cidadania.

Representantes de vários órgãos públicos e entidades de classe enriqueceram o debate, encerrando-se o evento com importante audiência pública, no final da qual foram acrescentadas propostas sugeridas pelos participantes à Carta do Rio de Janeiro, que apresenta as conclusões às quais se chegou durante todo o Seminário.

Dentre outros compromissos institucionais, a ANPT também acompanhou, atenta, a sabatina de diversos indicados para compor o CNMP, no biênio 2011/2013, dentre eles o eleito pelos membros do MPT para integrar aquele Conselho. Por falar em CNMP, as sessões daquele Colegiado continuam sendo objeto de acompanhamento por parte da nossa diretoria, com expressos apoio e defesa de nossos associados, sempre que necessário.

Confira esses e outros assuntos nesta edição do informativo. Boa leitura!

Diretoria da ANPT

23º ENPT: Inscrições começam dia 15

A partir do dia 15 de junho estarão abertas as inscrições para o 23º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), em Fortaleza. O evento acontece entre os dias 6 e 9 de outubro, no Hotel Vila Galé de Cumbuco, Ceará. As inscrições poderão ser efetuadas até o dia 1º de agosto, exclusivamente, pela área restrita do site da ANPT, www.anpt.org.br.

A ANPT pretende diversificar as atividades desportivas, incluindo, desde já, a corrida e a caminhada pela praia, além de manter os tradicionais torneios de tênis e futebol. Foi reeditado, também, o show de talentos, que deverá acontecer na sexta-feira (7/10). Para viabilizar essas e outras atividades, os interessados deverão manifestar interesse no ato da inscrição.

Para o acompanhamento das inscrições, a secretaria da ANPT disponibilizará no site, diariamente, a listagem atualizada dos inscritos no 23º ENPT. **N**

Comissão jurídica da CONATRAE reúne-se na PGR

A Comissão jurídica da CONATRAE esteve reunida no dia 30 de maio com integrantes da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF). O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade na ocasião.

Durante o encontro, os integrantes da Comissão expuseram a necessidade de punir com mais rigor os empregadores flagrados submetendo trabalhadores a condição análoga à escravidão, entre outras atitudes com vistas a erradicar essa chaga do país. Além do vice-presidente da ANPT, participaram da reunião, também, o subprocurador-geral do Trabalho Luiz Antônio Camargo de Melo, representando o Ministério Público do Trabalho, e os advogados Roberto Caldas, Raquel Perrota e Verônica Amaral, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). **N**

EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2010/2012

Sebastião Vieira Caixeta
PRESIDENTE

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
VICE-PRESIDENTE

Ana Luiza Alves Gomes
SECRETÁRIA-GERAL

Maurício Correia de Mello
DIRETOR FINANCEIRO

Isabella Gameiro da Silva Terzi
DIRETORA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Marici Coelho de Barros Pereira
DIRETORA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Mariana Flesch Fortes
DIRETORA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Adriana Holanda Maia Campelo
DIRETORA SOCIAL E DE EVENTOS

Catarina Von Zuben
DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

Lair Carmen Silveira da Rocha Guimarães
DIRETORA

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Estagiária: Natália Moraes, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.400 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, Site: www.anpt.org.br, Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Campanha de combate ao trabalho escravo contemporâneo é lançada com o apoio da ANPT

Foto: Ascom/ANPT



Sebastião Caixeta falou da importância de se erradicar o trabalho escravo

Foi lançada no dia 27 de maio, em Brasília, a Campanha Nacional de Combate ao Trabalho Escravo do Ministério Público do Trabalho (MPT). A ANPT é uma das parceiras do projeto, que visa a promover a educação e a conscientização do empregador, trabalhador e da sociedade como um todo. O presidente da entidade, Sebastião Vieira Caixeta, participou da solenidade, que aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral do Trabalho.

O presidente da ANPT lembrou da importância do trabalho em conjunto entre procuradores do Trabalho, auditores fiscais do Trabalho, Polícia Federal e Polícia Rodoviária Federal, com o intuito de coibir a prática do trabalho escravo no país. Caixeta ressaltou, inclusive, que essa absurda forma de exploração do trabalho humano pode ser compreendida como um dano moral coletivo que representa profundas perdas para a sociedade. “Essa chaga tem de ser combatida o quanto antes do Brasil e eu, em nome dos associados da ANPT, reforço aqui o nosso apoio a essa campanha”, disse.

Ainda durante a solenidade foi lançada, também, uma cartilha por meio da qual a sociedade poderá obter mais informações sobre o trabalho escravo e, consequentemente, poderá se engajar na luta contra esse problema. O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro da entidade, Maurício Correia de Mello, assim como outros procuradores do Trabalho e servidores do MPT, também participaram do lançamento da campanha. **N**

Assinatura de portaria interministerial reforça combate ao trabalho escravo no país

Foi assinada no dia 12 de maio, pela ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH), Maria do Rosário Nunes, pelo ministro do Ministério do trabalho e Emprego, Carlos Lupi, e pelo ministro do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Afonso Florence, portaria interministerial que disciplina o cadastro de empregadores em que se venha a constatar a exploração de trabalho análogo ao de escravo. O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e o diretor financeiro da entidade, Maurício Correia de Mello, participaram da solenidade.

O ministro do trabalho e emprego destacou como fundamental a parceria entre os Ministérios e lembrou que a lista suja, com cadastro de empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava, é uma ferramenta fundamental no combate ao trabalho escravo no Brasil. Já a ministra da SDH, destacou a atuação do Ministério Público do Trabalho no combate ao trabalho escravo e ressaltou, também, que a sociedade como um todo também deve se sentir responsável por essa luta.

Após a solenidade, o presidente e o vice-presidente da ANPT participaram, ainda, de reunião da comissão executiva da CONATRAE. Na ocasião, os integrantes da comissão discutiram acerca das reuniões das COETRAE’S do Rio de Janeiro e do Pará, abordando, também, a CPI do trabalho escravo, a participação da CONATRAE no Fórum Interconselhos, entre outros temas. **N**



Foto: Ascom/ANPT



Foto: Ascom/ANPT

Na mabe você encontra
eletrodomésticos direto
da fábrica com até
40% de desconto!

tudo em até 10X sem juros no cartão.

ANPT

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFISSIONAIS DO TRABALHO

EMPREGADOS E COLABORADORES

dynamus **CLUBE**



Refrigerador 410 Frost Free

de R\$1.799,00
por apenas

R\$ 1.349,00
economize R\$450,00

25%
DESCONTO

Grande capacidade de armazenamento nas portas,
prateleiras super profundas no freezer, classificação
A em consumo e prateleiras super resistentes

Promoção válida somente até o dia 30/06/2011

**FRETE
GRÁTIS**

Para todos os produtos



31%
DESCONTO



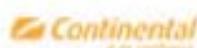
Refrigerador Space KDN43A Frost Free Inox

de R\$ 2.599,00 por apenas

R\$ 1.799,00
economize R\$ 800,00



38%
DESCONTO



Cooktop a Gás 5 Bocas Preto

de R\$ 799,00 por apenas

R\$499,00
economize R\$ 300,00



26%
DESCONTO



Microondas 22litros Prata

de R\$ 349,00 por apenas

R\$259,00
economize R\$ 90,00

acesse: www.lojamabecorp.com.br

Selecione o perfil **Categorias de Classe** na lateral esquerda
e digite o usuário **dynamus** a senha **dynamus** ou ligue **0800-885-5610**

Sabatina no Senado aprova indicação de subprocurador-geral do Trabalho para o CNMP

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou, por unanimidade, no dia 31 de maio, a indicação do subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Luiz Pereira Coelho para ocupar a vaga destinada ao Ministério Público do Trabalho (MPT) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), para o biênio 2011/2013. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram da sabatina, que aprovou, também, outros indicados tanto para o CNMP quanto para o Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Além do representante do MPT, foram indicados para o CNMP o procurador de Justiça do Ministério Público de Roraima Alessandro Tramujas Assad e o procurador de Justiça de Minas Gerais Jarbas Soares Junior. Já para o CNJ foram indicados o advogado Marcelo de Costa Pinto Neves, o consultor legislati-



Indicados responderam perguntas dos parlamentares durante a sabatina

vo Bruno Dantas Nascimento, o desembargador do Tribunal Regional Federal

da 1ª Região Tourinho Neto e o juiz federal de São Paulo Silvio Rocha.



Nome do subprocurador-geral foi aprovado por unanimidade

No dia 24 de maio, a CCJ do Senado havia aprovado, também, as indicações do promotor de Justiça Tito Souza do Amaral, do Ministério Público do Estado de Goiás, e do desembargador José Lázaro Alfredo Guimarães, do Tribunal Regional Federal da 5ª Região (indicado pelo Superior Tribunal de Justiça), para compor o CNMP. O vice-presidente da ANPT acompanhou a sabatina dos indicados. **N**

ANPT participa de debate com candidatos ao cargo de procurador-geral da República

Foto: Ascom/ANPT



ANPT formulou perguntas para os candidatos

Foi realizado no dia 2 de maio, na Procuradoria Geral da República, em Brasília, debate entre os quatro candidatos ao cargo de procurador-geral da República, os subprocuradores-gerais Antonio Carlos Fonseca da Silva, Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Roberto Monteiro Gurgel Santos e Rodrigo Janot Monteiro de Barros. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhado do diretor

financeiro, Mauricio Correia de Mello, representou a entidade na ocasião.

O debate, aberto ao público e aos jornalistas, foi dividido em quatro blocos. No primeiro os candidatos foram apresentados. No segundo, o mediador fez oito perguntas a cada candidato, sorteadas dentre aquelas enviadas pelos associados da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), promotora do debate. O terceiro bloco foi destinado a mais dez perguntas, sendo seis das associações de classe dos membros do Ministério Público da União, dentre elas a ANPT, e quatro da associação e do sindicato dos servidores. No último bloco, foram sorteadas perguntas feitas por jornalistas aos candidatos.

No dia 4 de maio, a lista tríplice foi formada com os nomes do atual procurador-geral da República, Roberto Monteiro Gurgel Santos, e os subprocuradores-gerais Rodrigo Janot Monteiro de Barros e Ela Wiecko Volkmer de Castilho. **N**

ANPT prestigia posses de novas diretorias de entidades parceiras

Foto: Ascom/ANAMATRA



Solenidade de posse da nova diretoria da ANAMATRA

No mês de maio, a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) prestigiou a posse das novas diretorias de entidades parceiras, como a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA), realizada no dia 25 de maio. Na ocasião, o presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, representou, também, as demais entidades de classe que compõem a Frente

Associativa do Ministério Público e da magistratura da União. Assumiu a presidência da ANAMATRA o juiz Renato Henry Sant'Anna.

No dia 12 de maio, a nova diretoria da Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), para o biênio 2011/2013, também foi empossada. A solenidade aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral da República

(PGR), em Brasília. Assumiu o cargo de presidente da entidade Alexandre Camanho.

Já no dia 20 de maio, tomou posse a nova diretoria da Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 10ª Região (AMATRA 10), eleita para o biênio 2011/2013. As juízas Noemia Porto e Rejane Maria Wagnitz assumiram os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente.

Foi empossada, ainda, no dia 27 de maio a nova diretoria da Associação dos Magistrados Trabalhistas da 18ª Região (AMATRA 18), no auditório do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região (TRT-18), em Goiânia. Os magistrados Planton Neto e Cléber Sales assumiram os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente.

Também tomou posse neste mesmo dia a nova diretoria da Associação dos Advogados Trabalhistas do Distrito Federal (AATDF). Assumiu a presidência Nilton da Silva Correia. **■**

Foto: Ascom/Conamp



Posse da nova diretoria da ANPR

Foto: Amatra 18



Empossada nova diretoria da AMATRA 18

Foto: Gabiana Itaboray



Solenidade de posse da diretoria da AMATRA 10

Foto: AATDF



Vice-presidente da ANPT na posse da nova diretoria da AATDF

MPT lança dois novos projetos com a presença da ANPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram no dia 26 de maio do lançamento de dois novos projetos para membros e servidores do Ministério Público do Trabalho (MPT), o MPT Talentos e o MPT Ideias. A solenidade foi realizada no auditório da Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília, e os participantes puderam conhecer melhor os dois projetos.

O MPT Ideias é uma ferramenta que pretende viabilizar o aproveitamento do potencial criativo de todos os colaboradores da instituição. Já o MPT Talentos é um instrumento de gestão que permitirá ao Ministério Público do Trabalho conhecer ainda melhor seus membros e servidores e tem como objetivo aprimorar as atividades de capacitação de pessoal por meio da valorização das competências do corpo funcional.

O presidente da ANPT ressaltou que os novos projetos vêm em um



Foto: Ascom/ANPT

Presidente da ANPT prestigiou lançamento da campanha

momento apropriado e significativo. “Podemos democratizar o acesso às ideias e isso vai, inquestionavelmente, reverter em benefícios para a instituição”, disse.

Além do presidente da ANPT e do procurador-geral do Trabalho, compuseram a mesa da solenidade, também, a coordenadora de projetos estratégi-

cos do MPT, Juliana Zignoli Cordeiro, a coordenadora de comunicação social da instituição, Ludmila Reis Lopes, a diretora geral, Sandra Cristina de Araújo, a diretora de recursos humanos do MPT, Isabel Cristina Mendonça Oliveira, e o vice-procurador geral do Trabalho, Jeferson Luiz Pereira Coelho. **N**

Ministério Público celebra acordo mútuo entre Brasil e Portugal

A Procuradoria-Geral da República (PGR) realizou, no dia 26 de maio, o Seminário de Celebração dos 20 anos do Tratado de Auxílio Mútuo em Matéria Penal entre a República Federativa do Brasil e a República Portuguesa. O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do coquetel de lançamento do evento, na sede da PGR, em Brasília.

O seminário, promovido pela Assessoria de Cooperação Jurídica Internacional do Ministério Público Federal (ASCJI), contou com palestrantes dos Ministérios Públicos brasileiro e português. Entre os temas abordados estavam a avaliação dos 20 anos do tratado, assinado em 07 de maio de 1991, as perspectivas para a cooperação Brasil/Portugal, aspectos da



Foto: Ascom/Conamp

Vice-presidente da ANPT representou a entidade

execução dos pedidos de cooperação internacional nos dois países, cooperação jurídica em matéria penal e proteção dos direitos fundamentais, processo eletrô-

nico como ferramenta eficaz de cooperação internacional e análise específica dos pontos do tratado que devem ser objeto de revisão. **N**



ANPT promove Seminário sobre trabalho precoce e Direitos Humanos no Rio de Janeiro

Foto: Ascom/Anamatra



“É necessário unir esforços para erradicar a exploração sexual infantil”, diz Azevedo Lima.

Cerca de 300 pessoas prestigiaram a abertura do “Seminário Trabalho Precoce e Direitos Humanos - A exploração sexual de crianças e adolescentes e o trabalho artístico como obstáculos ao desenvolvimento saudável e à cidadania”, no dia 16 de maio, no Rio de Janeiro. O evento, realizado pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) em parceria com a Anamatra, aconteceu entre os dias 16 e 18 de maio no Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ), que foi um dos apoiadores do evento, juntamente com a Amatra 1 (RJ).

O vice-presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, ressaltou ser lamentável que, ao mesmo tempo em que o país atravessa uma fase de crescimento econômico, ainda tenhamos de nos deparar com uma lamentável e vergonhosa realidade, ante a existência de numerosos casos de exploração sexual de menores e com uma grande incidência de trabalho de crianças e adolescentes. “Precisamos atuar no campo jurídico e, também, mudar a questão cultural, alterando o discurso de que é melhor uma criança estar trabalhando do que roubando ou praticando atos ilícitos, como se fossem estas suas duas únicas alternativas”, disse.

Azevedo Lima enfatizou, ainda, ser necessário unir esforços para erradicar a chaga da exploração sexual infantil, para o que se mostra imprescindível a atuação não apenas visando à condenação na esfera criminal. “Essa nefasta prática deve ser reprimida, também, na área trabalhista, a exemplo do que se dá com o ajuizamento de ações civis públicas, por parte do Ministério Público do Trabalho (MPT), na Justiça do Trabalho”, disse.

Segundo o representante da ANPT, “é lamentável, contudo, ainda nos deparamos com uma grande resistência em relação a esse tipo de atuação, como se, pelo fato de reconhecermos que é trabalho, estivéssemos a legitimar essa prática. Muito pelo contrário, já que, com isso, conseguimos, na realidade, dar maior eficácia à nossa luta e contribuimos para acabar,

ou pelo menos diminuir, o sentimento de impunidade. É trabalho, sim. Trabalho ilícito, imoral, abjeto, que causa asco e ojeriza, mas é trabalho, e também sob esse enfoque deve ser combatido”, afirmou.

Já no que concerne ao trabalho infantil artístico, o vice-presidente da ANPT ressaltou que não resta dúvida de que há de se atentar, no mínimo, para uma série de requisitos e critérios, como a preservação da frequência escolar, da convivência familiar e comunitária, do desenvolvimento psíquico adequado, de apoio psicológico, da proibição de trabalho penoso, insalubre, perigoso e noturno, dentre outros critérios.

Ao final de seu discurso, Azevedo Lima ressaltou a importância de se dar concretude aos ditames contidos no art. 227 da Constituição Federal, que trata da proteção integral para crianças e adolescentes, inclusive assegurando-lhes o direito à dignidade e ao respeito e colocando-os a salvo de toda forma de negligência e exploração. “Essa norma não pode ser tida como meramente programática. Ele precisa ter efeitos concretos, mas, infelizmente, basta que olhemos através dos vidros de nossos veículos quando paramos nos semáforos de qualquer grande cidade brasileira para vermos ser a triste realidade muito distinta desse ideal. Precisamos, pois, fazer tudo que está ao nosso alcance para modificar essa realidade fática. Enquanto existir uma criança tendo seu trabalho explorado – roubando-lhe qualquer perspectiva de futuro com alguma, ainda que mínima, dignidade –, enquanto nos depararmos com adolescentes sendo vítimas de exploração sexual, significa que ainda temos muito trabalho pela frente. Arregacemos nossa mangas, portanto”, conclamou.

PUBLICAÇÕES

O procurador do Trabalho Rafael Dias Marques, coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho (MPT), apresentou, durante a abertura do Seminário, a publicação “Prevenção e Eliminação do Trabalho Infantil: um Guia para Ação Governamental”, lançado pelo MPT e pela OIT. Segundo o procurador, a obra consiste em um guia que pretende ser prático, didático e voltado a gestores municipais e a todos que têm responsabilidade de gestão de políticas públicas. Dias Marques informou, também que o guia será enviado a todos os prefeitos do País.

Já a Anamatra, por meio do seu diretor de Cidadania e Direitos Humanos, Gabriel Napoleão Velloso Filho, do TRT da 8ª Região (Pará), lançou, na ocasião, o livro “Criança, Adolescente, Trabalho”.

Procuradora do Trabalho debate concessão de autorizações para o trabalho antes da idade mínima

O promotor de Justiça e coordenador do 4º Centro de Apoio Operacional de Infância e Juventude do Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, Rodrigo Medina, e a procuradora regional do Trabalho da 10ª Região (DF e TO) Eliane Araque dos Santos, debateram sobre a concessão de autorizações para o trabalho antes da idade mínima, durante o seminário “Trabalho Precoce e Direitos Humanos”.

Rodrigo Medina defendeu a ação conjunta do Ministério Público com o Poder Judiciário, em parceria com entidades representativas de segmentos da sociedade civil, na realização de inspeções e de intervenções para garantir que programas de atendimento às famílias sejam efetivamente desenvolvidos.

Foto: Ascom/Anamatra



O tema levantou polêmica durante o Seminário

Na sequência, Eliane Araque alertou para o fato de que, cada vez mais, cresce o número de crianças que deixam a escola, assim como de jovens que sofrem defasagem escolar por conta do trabalho. O registro do número de autorizações judiciais para o trabalho antes dos 16 anos também vem sofrendo

aumento, estatística que assusta a procuradora. “Em 2009, foram concedidas mais de 6,8 mil autorizações e não sabemos em que condições elas se dão. Precisamos investigar e denunciar os casos, pois a autorização do trabalho precoce impede o desenvolvimento adequado das crianças”, ressaltou Eliane.

Fonte: Ascom/Amatra-1 

Trabalho infantil artístico é abordado por procurador e juiz do Trabalho

O trabalho infantil artístico no contexto da proibição geral ao trabalho foi debatido pelo procurador do Trabalho e coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho (MPT) Rafael Dias Marques e pelo juiz do Trabalho da 15ª Região (Campinas e Região) José Roberto Dantas Oliva. O painel foi presidido pelo diretor financeiro da ANPT, Maurício Correia de Mello.

O juiz do Trabalho começou sua explanação demonstrando sua posição sobre o trabalho infantil artístico. “Trabalho artístico não é coisa de criança. É coisa de gente grande e é regulamentado por lei”, disse. O juiz explicou todas as normas jurídicas vigentes no Brasil acerca da prática em debate, constantes na Constituição Federal, na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e também em convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificadas pelo Brasil.

O procurador do Trabalho, por sua vez, lembrou o que diz a Convenção 138 da OIT, que, ao ser incorporada pelo Brasil, tornou possível o trabalho artístico para menores de 16 anos em casos excepcionais. “A autoridade competente, após consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores concernentes, se as

Foto: Ascom/Anamatra



Diretor financeiro da ANPT presidiu a mesa

houver, poderá, mediante licenças concedidas em casos individuais, permitir exceções para a proibição de emprego ou trabalho provida no Artigo 2º desta Convenção, para finalidades como a participação em representações artísticas”, diz o artigo 8º da norma.

“A regra geral é a proibição, mas, permite-se, em casos individuais e específicos, mediante licença concedida, onde se fixar os tipos de atividades

permitidas e em ambiente protegido”, explicou Rafael Dias. “Mas essa permissão só pode ser dada se forem preenchidos alguns requisitos, que vão proteger integralmente e com prioridade absoluta a criança e o adolescente, acrescentou o procurador, frisando que é legal o exercício do trabalho artístico de um jovem somente se for imprescindível que ele a realize.

O representante do MPT afirmou que atualmente a maioria das autorizações concedidas não preenche os parâmetros mínimos de proteção ao jovem. “Temos dois direitos que conflitam entre si: o direito de não-trabalho e o direito à manifestação artística, e é preciso chegar a um meio-termo, para que um não anule o outro e que o jovem seja contemplado com os dois”. “Se todas as permissões e alvarás cumprirem esses parâmetros, os direitos das crianças e adolescentes estarão garantidos e protegidos”, finalizou.

Informações: Ascom/Anamatra 



Audiência pública encerra Seminário Trabalho Precoce e Direitos Humanos

Foi realizada no dia 18 de maio, no encerramento das atividades do seminário “Trabalho Precoce e Direitos Humanos”, uma audiência pública sobre trabalho infantil artístico, com a participação de procuradores do Trabalho, magistrados, profissionais do Direito em geral e representantes da sociedade civil. A mesa de debates foi presidida pelo presidente da Amatra1, André Villela, e contou com a participação, também, do procurador do Trabalho e coordenador nacional de Combate à Exploração do Trabalho de Crianças e Adolescentes do Ministério Público do Trabalho (MPT), Rafael Dias Marques, da auditora fiscal do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) Márcia Jovita, e do presidente do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Estado do Rio de Janeiro (Sated-RJ), Jorge Coutinho.

Na ocasião, a auditora fiscal comentou sobre a necessidade de existir uma regulamentação do trabalho infantil, para que se definam parâmetros de identificação



Foto: Ascom/Anamatra

Ao final da audiência pública os participantes elaboraram a Carta do Rio de Janeiro

da exploração da criança. Sobre o posicionamento do Ministério, no que diz respeito ao trabalho artístico infantil, Márcia Jovita explicou que o entendimento é de proibição, com a autuação de estabelecimentos que permitam a participação de menores em suas atividades, salvo mediante apresentação de autorização.

Para Jorge Coutinho, a proibição não é o caminho ideal, visto que, em muitas ocasiões, não há como se excluir a participação de criança em uma novela, por exemplo.

Reforçando que o grande desafio é encontrar uma maneira que, efetivamente, proteja as crianças, por meio da imposição de regras e limites, André Villela abriu espaço para que os participantes expusessem questões e sugestões. Representantes de sindicatos, como o de Manequins e Modelos do Rio Grande do Sul, procuradores do Trabalho de diversos Estados, membros da OIT, da USP e cidadãos em geral falaram de suas impressões sobre o tema e sugeriram ações futuras. **RJ**

Carta do Rio de Janeiro

Ao final da audiência pública, foram acrescentadas propostas sugeridas pelos participantes à Carta do Rio de Janeiro, que apresenta as conclusões às quais se chegou durante todo o Seminário. Entre elas, os participantes reiteraram a importância do dia 18 de maio como Dia Nacional do Enfrentamento à Violência e Exploração Sexual da Criança e do Adolescente.

Proclamaram que é obrigação fundamental de todas as nações e, especialmente, do Estado Brasileiro a proteção integral da criança e do adolescente, considerando todos os aspectos nocivos do trabalho infantil e que impedem o pleno desenvolvimento da pessoa humana. Concluem, também, que as políticas públicas adotadas pelo Estado brasileiro, quando existentes, não se têm revelado eficazes na prevenção, erradicação, bem como na inclusão social das vítimas da exploração sexual de crianças e adolescentes para fins comerciais.

Além disso, reafirmam que a regra geral, mesmo em se tratando de atividade artística, é de que a idade mínima para

ingresso no mercado de trabalho é de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz, a partir dos catorze, conforme previsão contida no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal. Concluem, ainda, que é impossível a concessão de permissão para qualquer trabalho antes da idade mínima constitucional, salvo em se tratando de trabalho infantil artístico, de forma excepcional e protegida, mediante autorização judicial, observando-se, sempre, os princípios da proteção integral.

Denunciam que o PLS 83/2006, da forma que se apresenta, por inobservância do princípio da proteção integral, é inconstitucional e contraria a Convenção nº 138 da Organização Internacional do Trabalho. Afirmam que a competência para autorizar trabalho infanto-juvenil, quando permitido, é, desde o advento da EC 45/2004, da Justiça do Trabalho, uma vez que todos os efeitos decorrentes da relação de trabalho serão por ela apreciados.

Confira a íntegra da carta no [site www.anpt.org.br](http://www.anpt.org.br)

ANPT participa de lançamento do Inquérito Civil Eletrônico do MPT

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participaram no dia 11 de maio do lançamento de uma nova ferramenta de trabalho para os membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), o Inquérito Civil Eletrônico (ICE). Na solenidade realizada no auditório do MPT, em Brasília, o procurador-geral do Trabalho, Otavio Brito Lopes, explicou como funcionará o ICE, que faz parte da interação 2 do projeto MPT Digital.

Segundo o procurador-geral, com o pleno funcionamento do MPT Digital os procedimentos administrativos finalísticos serão otimizados. Para ele, a informatização cada vez maior do MPT é resultado de comprometimento de procuradores e servidores envolvidos no projeto e afirmou que a virtualização dos trabalhos da instituição trazem grande acréscimo para a transparência das ações do Ministério Público do Trabalho.

De acordo com o coordenador de Tecnologia da Informação do MPT e da comissão do MPT Digital, Fabio Kosaka, um dos benefícios do ICE é de que não existe mais o tempo perdido em rotinas inerentes à tramitação dos autos em papel, que agora serão automatizados. Além disso, o ICE ficará disponível para consulta em qualquer lugar e 24 horas por dia, evitando demandas cansativas e temporais de serviços organizacionais.

Além do presidente da ANPT, do procurador-geral do Trabalho e do procurador Fábio Kosaka, compuseram a mesa da solenidade, também, a procuradora-geral de Justiça do Ministério Público Militar, Claudia Márcia Ramalho Moreira Luz, o corregedor-geral da Justiça do Trabalho, o ministro Antonio José de Barros Levenhagen, e o vice-procurador geral do Trabalho, Jeferson Coelho. **N**



Nova ferramenta visa a facilitar a realização do trabalho dos membros do MPT

Fórum Interconselhos do Plano Plurianual tem participação da ANPT

Teve início no dia 24 de maio o Fórum Interconselhos do Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, que tem por objetivo permitir à sociedade debater diretamente com o governo as estratégias norteadoras da ação governamental para os próximos quatro anos. O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou do evento, que foi até o dia 25, em Brasília. Essa foi a primeira vez que a entidade participou do Fórum.

Durante a abertura, a ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, destacou a iniciativa do governo em abrir espaço para as sugestões da sociedade civil e das entidades que a representa, a exemplo da ANPT, na definição dos gastos e das ações do governo para o período compreendido entre 2012 e 2015. “O PPA é um instru-

mento de compromissos e prioridades do governo para os próximos quatro anos. Para isso é fundamental que ouçamos representantes da sociedade civil e de entidades que querem dar sua contribuição”, disse a ministra. O ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República,

também esteve presente à solenidade de abertura.

O Fórum Interconselhos do PPA, de caráter consultivo, reúne representantes não governamentais de Conselhos e Comissões Nacionais, além de participantes de entidades da sociedade civil. **N**

Foto: Luciano Ribeiro



Pela primeira vez a ANPT participou da reunião

Articulação no Congresso Nacional insere MP em PEC que trata do teto salarial da Administração Pública



Grupo com o deputado Nelson Marquezelli

Integrantes da Frente Associativa da magistratura e do Ministério Público da União realizaram intensa articulação no dia 31 de maio na Câmara dos Deputados para tratar, com parlamentares, a respeito da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 005/2011, de autoria do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP) e que tem como relator o deputado Arthur Oliveira Maia (PMDB-BA), a qual estabelecia que os subsídios do presidente e vice-presidente da República, ministros de Estado, senadores e deputados Federais são idênticos aos dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

As entidades associativas trabalharam para que fosse inserido no texto da PEC, de forma expressa, também, o procurador-geral da República, haja vista só terem sido ali incluídas, originalmente, as cúpulas dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, deixando-se de fora o Ministério Público.

Segundo os integrantes da Frente, que é atualmente coordenada pelo presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, a

Constituição de 1988 fixou contornos singulares para o Ministério Público, que não integra nenhum dos três Poderes e tem autonomia administrativa e orçamentária, além de o próprio texto constitucional já estabelecer, mormente após a Emenda Constitucional nº 45/2004, a simetria entre os regimes do Judiciário e do Ministério Público, daí advindo a imprescindibilidade de ser expressamente mencionado na PEC o procurador-geral da República.

Nesse sentido, a Frente Associativa articulou com o autor do projeto, deputado Marquezelli, a alteração do texto. O parlamentar mostrou-se favorável ao pleito das entidades e sugeriu que o grupo procurasse, também, o deputado Arthur Maia, relator da matéria. O parlamentar concordou com a iniciativa dos integrantes da Frente e, de imediato, informou que faria a alteração no projeto. No dia seguinte, a CCJ da Câmara aprovou, por unanimidade, a PEC, já com a emenda saneadora proposta pelas entidades associativas. **N**



Reunião com o deputado Arthur Maia

ANPT apoia procuradora representada no CNMP

O presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta, e o vice-presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanharam no dia 31 de maio sessão extraordinária do CNMP. Entre os assuntos em pauta estava o processo de uma procuradora do Trabalho representada no Conselho pelas Industrias Nucleares do Brasil (INB) em razão de investigação que é por ela conduzida.

A relatora do processo é a conselheira Claudia Maria de Freitas Chagas, que em seu pronunciamento leu o relatório do caso e citou trechos da doutrina de jurisprudência, inclusive tendo frisado restar claro que a empresa estaria se insurgindo, por meio de medida disciplinar, contra a atividade finalística de membro do Ministério Público, consubstanciada na condução de inquérito que visa a apurar denúncias de graves irregularidades trabalhistas no âmbito da empresa investigada, notadamente a prática de assédio moral.

A ANPT vem acompanhando o caso de perto, inclusive mediante contato com a relatora designada para o julgamento do

recurso interno e com os demais conselheiros. Na sessão realizada naquele dia, a relatora votou pelo não conhecimento do recurso interno e, em seguida, houve pedido de vistas por parte do conselheiro Almino Afonso. Três outros conselheiros – Sandra Lia Simón, Maria Ester e Aquiles Siquara – já anteciparam seus votos, acompanhando a relatora. **N**



Pedido de vista adiou a conclusão do julgamento do caso

FRENTAS define novas estratégias de atuação

Fotos: Ascom/ANPT

Foi realizada no dia 10 de maio na sede da ANPT, em Brasília, reunião da Frente Associativa do Ministério Público e da magistratura da União, que tem como coordenador o presidente da ANPT, Sebastião Vieira Caixeta. Na ocasião, o grupo discutiu novas estratégias de atuação, tanto com parlamentares quanto com o governo, para a aprovação dos Projetos de Lei (PLs) 7753/2010, que trata da revisão dos subsídios do procurador-geral da República, e 7749/2010, que se refere à recomposição do valor dos subsídios dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Nessa linha de atuação, o grupo esteve reunido na tarde anterior com o presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara Federal (CTASP), deputado Sílvio Costa (PTB-PE). O parlamentar mostrou-se favorável ao pleito das entidades e discutiu algumas iniciativas a serem adotadas visando a sua aprovação.



Reunião na sede da ANPT

Na manhã do dia 11 de maio o grupo se reuniu, também, com o deputado Roberto Santiago (PV-SP), relator do PL 7749/2010. Na ocasião, foram debatidas com o parlamentar algumas questões acerca da tramitação dos feitos e as últimas iniciativas realizadas pelo Frente Associativa. Segundo o presidente da ANPT, “é necessária uma valoriza-

ção das atividades dos membros do MPU e da magistratura. Precisa-se de uma política remuneratória mais justa”, ressaltou.

No dia 26 de maio, a Frente Associativa esteve reunida, novamente, e tratou dos PLs que reajustam os subsídios, a questão da simetria entre as carreiras e, também, outros temas de interesse comum. **N**



Articulação com o deputado Sílvio Costa



Encontro com o deputado Roberto Santiago

Entidades divulgam Nota Pública sobre subsídios da magistratura e do MPU

No dia 12 de maio, a Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público da União (FRENTAS) divulgou Nota Pública sobre a recomposição das perdas inflacionárias dos subsídios dos juízes e membros do Ministério Público da União. Entre os pontos abordados na nota, os representantes das entidades associativas afirmam que é fundamental a definição de uma política remuneratória

para as categorias, no sentido de valorização das carreiras.

Os integrantes da FRENTAS requerem a reposição das perdas inflacionárias sofridas pelo valor nominal dos subsídios das categorias. Nos últimos cinco anos, os subsídios dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público da União receberam apenas duas pequenas corre-

ções, mas que não repuseram as perdas inflacionárias do período. Descontado este reajuste, as perdas inflacionárias acumuladas chegam ao percentual de 21,24%, o que representa a subtração de mais de um quinto do poder de compra dos magistrados e membros do MPU.

* Confira a íntegra da nota no site www.anpt.org.br **N**

CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
LOCALIZA RENT A CAR Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
COMPRA CERTA	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	O associado deverá acessar o site: www.compracerta.com.br
LTR EDITORA Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
CHURRASCARIA PORÇÃO Endereço: SCES Tr 2 conjunto 35 Brasília – DF Pessoa de contato: Robson Bezerra Bittencourt Telefone: 61 3223-2002	Desconto de 10% a 20%	O associado terá direito ao desconto de 20% sobre a tarifa integral cobrada nos serviços de rodízio praticados nas lojas do Rio de Janeiro e Niterói e de 10% em Recife, Belo Horizonte
Unibanco	Empréstimos pessoas com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá acessar a área restrita do site da ANPT e emitir carta de apresentação
POUPEX	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar www.poupex.com.br/psp ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
Pedra Laguna Lodge & SPA	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do site da ANPT
COOMPERJ Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
BANCO SANTANDER Telefone: 61 3321-6661	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 61 3321-6661
DYNAMUS	Descontos em diversos eletrodomésticos de diferentes marcas.	O associado deverá acessar o site www.lojamabecorp.com.br/dynamus
Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do site da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
GRUPO CAOÁ (HYUNDAI, SUBARU) Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado entrar em contato pelos telefones (11) 5538-1000 e (11) 5053-3030 ou por e-mail: cabral.frotista@caoa.com.br , ventas.frotista@caoa.com.br ; rosi.frotista@caoa.com.br
HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (de 5% a 6,5%).	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e solicitar declaração junto a ANPT comprovando que faz parte do quadro associativo.

Para conferir os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do site. O endereço é www.anpt.org.br

Foto: Ascom/ANPT



Ministério Público do Trabalho terá novo representante no Conselho Nacional do Ministério Público

O subprocurador-geral do Trabalho Jeferson Luiz Pereira Coelho foi aprovado, por unanimidade, em sabatina realizada na CCJ do Senado Federal, para compor o CNMP no biênio 2011/2013. O procurador substituirá a conselheira Sandra Lia Simón, que deixará o cargo após dois anos.

O que significa representar o Ministério Público do Trabalho no Conselho Nacional do Ministério Público?

Em primeiro lugar, a minha responsabilidade com a Instituição. Creio que representar o Ministério Público do Trabalho (MPT) é construir de forma positiva um protagonismo do MPT, papel esse já desempenhado pela representação que nos antecedeu, de forma muito responsável e ética.

O CNMP está em fase de elaboração do planejamento estratégico nacional do Ministério Público. Como avalia essa iniciativa? O que, de fato, essa implantação trará ao MP brasileiro?

O Conselho Nacional do Ministério Público tem um papel muito importante nesse processo. O planejamento estratégico nacional do

MP deve, acima de tudo, ser voltado para garantir a autonomia funcional e a eficiência do Ministério Público brasileiro, resguardadas as características específicas dos Ministérios Públicos Estaduais e do Ministério Público da União, cuidando-se para que sejam preservadas a autonomia e a independência funcional de cada instituição.

Somente desta forma se buscará o real fortalecimento do Ministério Público brasileiro. A minha avaliação é positiva, mesmo porque o tema tem sido amplamente discutido nos Conselhos de Procuradores-Gerais,

Corregedores-Gerais, Ouvidores, Associações e Membros.

Destacaria algum projeto em especial que pretende levar ao CNMP com repercussão no âmbito do Ministério Público do Trabalho?

Penso que o momento é próprio para discutirmos a virtualização do Ministério Público. A experiência no âmbito do Ministério Público do Trabalho foi muito positiva com o “MPT Digital”. Se realmente buscamos o real fortalecimento do Ministério Público brasileiro, o tema tem que ser prioritário.

“Representar o Ministério Público do Trabalho no CNMP está relacionado, em primeiro lugar, com a minha responsabilidade com a Instituição.”

CONVÊNIOS ANPT (continuação)

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA

O QUE OFERECE?

COMO UTILIZAR?

QUALICORP

Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP | CEP: 06453-14
Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino
E-mail: nsilvino@qualicorp.com.br
Telefones: 61 3701-2221/7811-0462

Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.

O associado deverá entrar em contato pelo telefone 61 3701-2200

APMP - Turismo

Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.

Entre em contato com a APMP Turismo por meio do sistema interativo que funciona como um correio eletrônico. Acesse a área restrita do site da ANPT para mais detalhes.

MPT na Bahia comemora 70 anos com a presença da ANPT

O vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 6 de maio da solenidade de celebração dos 70 anos de instalação do MPT na Bahia. Durante a cerimônia, foi realizada, também, a aposição do retrato da procuradora Ana Emilia Albuquerque na galeria dos ex-procuradores-chefes da Procuradoria Regional do Trabalho no Estado.

Durante seu pronunciamento, Azevedo Lima ressaltou que a relevância do evento ultrapassa a questão do decurso de sete décadas de existência da Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região (PRT-5), “que por si só já é de inegável importância, mas merece ainda maior destaque quando se leva em conta que, ao longo desse significativo período, os membros que oficiaram nesta unidade do MPT pautaram sua atuação pela intransigente defesa da dignidade dos trabalhadores e pela incansável luta contra as irregularidades e fraudes que afligem a classe obreira”.

Ele destacou, ainda, algumas atuações mais marcantes da PRT-5 nos últimos tempos, a exemplo do combate ao trabalho escravo no oeste do Estado e a implementação de projetos como o “MPT na Escola” e a gestão ambiental. O vice-presidente da ANPT salientou a importância do processo de interiorização



Foto: MPT-BA

da 5ª Região, que conta hoje com, além da sede em Salvador, sete Procuradorias do Trabalho nos Municípios (PTMs), “cinco delas inauguradas na gestão da procuradora Ana Emilia Albuquerque”, frisou. Ao final, ressaltou que “se é tão propalado em prosa e verso que todo dia tem festa na Bahia, a festa que ora celebramos tem um motivo ainda mais especial. Parabéns a todos que fazem a Procuradoria Regional do Trabalho da 5ª Região”, concluiu.

Informações: Ascom/MPT-BA 

Procuradora do Trabalho recebe prêmio em Concurso Estadual de Poesia da OAB

Foto: OAB-SP



Procuradora com o troféu relativo ao prêmio

A procuradora do Trabalho aposentada, e associada da ANPT, Mariza Carnevalheira Baur, recebeu prêmio, em solenidade realizada no dia 12 de maio, relativo ao sétimo Concurso Estadual de Poesia promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em São Paulo. Ela ficou classificada em segundo lugar com a poesia “O sangue dança na língua do relâmpago”.

O concurso permite que advogados, estagiários e estudantes de Direito se expressem e mostrem criatividade e domínio da Língua Portuguesa. Com o tema livre, cada participante pôde inscrever até duas poesias inéditas. 

Procurador do Trabalho recebe título de cidadão Itacoatiarense

Foto: Floriano Ferreira/Blog da Floresta

O procurador do Trabalho da Procuradoria Regional do Trabalho no Amazonas, Audaliphil Hildebrando da Silva, foi agraciado com o título de cidadão Itacoatiarense. A homenagem foi concedida pelo presidente da Câmara Municipal de Itacoatiara, vereador Raimundo Silva, em sessão solene realizada no dia 10 de maio.

Segundo o vereador, o associado da ANPT mereceu o título porque “ele tem sido um grande parceiro na defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores, atuando em Inquérito Civil, para garantir melhorias no meio ambiente de trabalho, em Ação Civil Pública para garantir a assinatura das carteiras de Trabalho e Previdência Social, pagamento dos salários, dos depósitos do FGTS e os recolhimentos das contribuições previdenciárias, dentre outros.

Com informações: Blog da Floresta 



Procurador com o título de cidadão Itacoatiarense